

EDITORIAL

A produção científica em Educação no Brasil encontra espaço propício e qualificado para sua difusão no vasto e complexo ecossistema de periódicos científicos nacionais, construído com grande esforço ao longo dos anos pela comunidade científica da Área de Educação. Com razão, orgulhamo-nos de possuir um parque editorial científico robusto e de grande qualidade. Entretanto, isto não impediu que os pesquisadores em Educação do Brasil encontrassem em periódicos estrangeiros espaços igualmente receptivos para a publicação de suas pesquisas. Neste sentido, podemos dizer que a comunidade científica da Área de Educação articula de modo saudável e maduro a busca pela internacionalização de sua produção científica com a valorização dos periódicos nacionais da área. Para isto, tem sido imprescindível a autonomia da área no que concerne aos instrumentos de avaliação da qualidade da produção científica, bem como dos periódicos científicos, da Área de Educação.

Contudo, a subordinação que se anuncia das Ciências Humanas, e da Educação em especial, a critérios e procedimentos de avaliação sem tradição em nossa área e sem uma profunda e ampla discussão com nossa comunidade científica representa um grave perigo para a higidez do parque editorial científico brasileiro na Área de Educação. Não obstante a validade das razões manejadas por aqueles que defendem novos critérios para a avaliação da produção científica nacional – critérios normalmente fundamentados na tradição de suas áreas de conhecimento –, bem como a razoabilidade da preservação de instrumentos, critérios e procedimentos homogêneos para a avaliação de toda a produção científica brasileira, parece-nos indefensável o avanço de propostas de mudanças radicais no modo como os periódi-

cos científicos são avaliados sem considerar o parecer dos pesquisadores, editores científicos e coordenadores de programas de pós-graduação de todas as áreas, dentre outros atores centrais do processo. A simples aprovação de mudanças tão estruturantes a partir de instâncias superiores nas quais as Ciências Humanas, e a Educação em especial, são tradicionalmente subrepresentadas, constitui-se em mera aparência de legitimidade.

Importa também destacar o impacto que as mudanças aventadas terão na avaliação dos programas de pós-graduação da Área de Educação como desdobramento imediato da alteração do modo de avaliar a produção dos pesquisadores, sejam eles docentes, estudantes ou egressos dos programas de pós-graduação. Tais mudanças alterarão profundamente o equilíbrio da área, causando graves dificuldades a não poucos programas. Por óbvio, isto não quer dizer que o sistema atual não deva ser aperfeiçoado: a contínua revisão dos critérios e procedimentos de avaliação da produção e dos periódicos científicos é ponto pacífico na comunidade.

Por tudo isto, parece-nos crucial chamar a atenção dos pares para a necessidade de uma ampla e profunda discussão sobre o modelo atual de avaliação dos periódicos científicos, bem como de um posicionamento da comunidade científica em relação à mudança radical que se anuncia e que, a nosso sentir, não reflete os melhores interesses e a tradição da Área de Educação.

Emanuel do Rosário Santos Nonato
Editor Chefe
Universidade do Estado da Bahia
<https://orcid.org/0000-0002-2490-1730>